

RISCOS FISCAIS

Art. 4º, parágrafo 3º da Lei Complementar nº101, de 04/05/2000

1. Os Riscos Fiscais são conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas e, conseqüentemente, as metas fiscais estabelecidas em lei. Dentre os riscos destacam-se os relacionados aos passivos contingentes e aos decorrentes de alterações do cenário macroeconômico.
2. No tocante aos passivos contingentes, que são obrigações surgidas em função de acontecimentos futuros incertos e não totalmente sob controle da municipalidade, ou de fatos passados ainda não reconhecidos, a materialização desses eventos afeta o cumprimento das metas fiscais estabelecidas. Eventuais decisões judiciais desfavoráveis ao Município aumentam o estoque de precatórios e, prejudicam o resultado nominal do exercício.
3. Já, o contexto econômico afeta tanto as previsões de receitas e despesas, como as metas de resultados primário e nominal. As oscilações nas taxas de crescimento econômico influenciam a efetivação da receitas previstas. Os eventuais choques inflacionários ou cambiais têm reflexo nas dívidas existentes junto a credores internos e externos, podendo impactar tanto o fluxo de desembolsos para cobertura do serviço da dívida como o saldo devedor dessas obrigações.
4. Nesse sentido, merecem destaque os riscos associados à elevação das taxas de inflação captadas pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em patamares superiores aos previstos nesta lei. Como esse índice atualiza monetariamente cerca de 85% do estoque da Dívida Municipal, um aumento incisivo nos preços capturados por esse indicador -- que possui alta correlação com os preços de *commodities* e com

produtos sensíveis a variações no câmbio -- aumenta o saldo devedor. As variações das taxas de juros internacionais, com destaque para a *Libor*, influenciam o fluxo de desembolso a título de juros, decorrente dos contratos da dívida externa.

5. Finalmente, cabe destacar que alguns recentes eventos, como a crise nuclear japonesa, o choque de preços de *commodities* e a crise fiscal vivenciada por alguns países europeus, intensificaram as incertezas relacionadas ao crescimento econômico mundial, tanto para o presente exercício quanto para os vindouros. Dessa forma, o que se vislumbra no momento é um cenário ambíguo, exigindo da Administração ainda mais prudência na gestão fiscal, financeira e patrimonial da Prefeitura de São Paulo.

Anexo III integrante da Lei nº 15.415, de 22 de julho de 2011

METAS FISCAIS

Metas Anuais em Valores Correntes

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ mil correntes

Especificação	2012	2013	2014
Receita Total	35.771.600	38.380.520	41.594.951
Receitas Primárias (I)	34.786.914	37.329.263	40.473.736
Despesa Total	35.771.600	38.380.520	41.594.951
Despesas Primárias (II)	33.372.917	35.874.787	38.795.108
Resultado Primário (I – II)	1.413.997	1.454.476	1.678.627
Resultado Nominal	4.470.137	4.391.848	4.758.474
Dívida Pública Consolidada	69.533.409	74.144.237	79.163.678
Dívida Consolidada Líquida	66.082.387	70.449.172	75.171.174
Dívida Fiscal Líquida	65.733.155	70.125.003	74.883.477

Metas Anuais em Valores Constantes

R\$ mil constantes

Especificação	2012	2013	2014
Receita Total	32.284.644	33.062.239	34.259.594
Receitas Primárias (I)	31.395.943	32.156.652	33.336.108
Despesa Total	32.284.644	33.062.239	34.259.594
Despesas Primárias (II)	30.119.780	30.903.718	31.953.510
Resultado Primário (I – II)	1.276.163	1.252.934	1.382.598
Resultado Nominal	4.034.395	3.783.282	3.919.307
Dívida Pública Consolidada	62.755.407	63.870.278	65.202.998
Dívida Consolidada Líquida	59.640.785	60.687.228	61.914.580
Dívida Fiscal Líquida	59.325.595	60.407.978	61.677.619

FONTES: Secretarias Municipais de Planejamento, Orçamento e Gestão e de Finanças.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA E DA DESPESA
2012**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ mil correntes

Receitas	2012	2013	2014
Receita Total	35.771.600	38.380.520	41.594.951
Receitas Correntes	34.821.034	38.008.146	41.475.984
Receita Tributária	16.156.180	17.784.485	19.552.359
Receita de Contribuições	2.283.697	2.389.203	2.498.151
Receita Patrimonial	464.514	512.043	562.511
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	377.645	395.092	413.108
Transferências Correntes	13.397.575	14.651.818	16.028.335
Outras Receitas Correntes	2.141.424	2.275.504	2.421.520
Deduções de Transferências Correntes	(1.738.076)	(1.902.021)	(2.081.628)
Receitas de Capital	2.688.642	2.274.394	2.200.594
Operações de Crédito	38.410	38.410	38.410
Alienações de Bens	531.257	555.801	581.145
Amortizações de Empréstimos	17.731	18.550	19.396
Transferências de Capital	809.850	851.429	902.759
Outras Receitas de Capital	1.291.394	810.205	658.884
Despesas	2012	2013	2014
Despesa Total	35.771.600	38.380.520	41.594.951
Despesas Correntes	28.127.237	30.124.658	32.331.530
Pessoal e Encargos	9.078.343	9.695.065	10.013.379
Juros e Encargos da Dívida	2.676.678	2.703.287	2.722.836
Outras Despesas Correntes	16.372.215	17.726.307	19.595.315
Despesas de Capital	7.643.363	8.254.862	9.262.421
Investimentos	6.391.974	6.920.600	7.650.246
Inversões Financeiras	29.385	31.815	35.169
Amortizações da Dívida	1.222.005	1.302.447	1.577.006
Reserva de Contingência	1.000	1.000	1.000

FONTES: Secretarias Municipais de Planejamento, Orçamento e Gestão e de Finanças.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO
2012**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ mil correntes

Receitas	2012	2013	2014
+ Receitas Correntes *	33.074.236	36.097.000	39.384.815
(-) Aplicações Financeiras	(388.567)	(429.371)	(472.722)
Receitas Primárias Correntes (A)	32.685.669	35.667.630	38.912.093
+ Receitas de Capital	2.688.642	2.274.394	2.200.594
(-) Operações de Crédito	(38.410)	(38.410)	(38.410)
(-) Alienações de Bens	(531.257)	(555.801)	(581.145)
(-) Amortização de Empréstimos	(17.731)	(18.550)	(19.396)
Receitas Primárias de Capital (B)	2.101.245	1.661.634	1.561.643
I - RECEITAS PRIMÁRIAS (A) + (B)	34.786.914	37.329.263	40.473.736
Despesas	2012	2013	2014
+ Despesas Correntes	28.127.237	30.124.658	32.331.530
(-) Juros e Encargos da Dívida	(2.676.678)	(2.703.287)	(2.722.836)
Despesas Primárias Correntes (C)	25.450.559	27.421.372	29.608.693
+ Despesas de Capital	7.643.363	8.254.862	9.262.421
(-) Amortização da Dívida	(1.222.005)	(1.302.447)	(1.577.006)
Despesas Primárias de Capital (D)	6.421.358	6.952.415	7.685.415
Reserva de Contingência (E)	1.000	1.000	1.000
SUPERÁVIT FINANCEIRO (F)	1.500.000	1.500.000	1.500.000
II - DESPESAS PRIMÁRIAS (C) + (D) + (E) + (F)	33.372.917	35.874.787	38.795.108
III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	1.413.997	1.454.476	1.678.627

FONTES: Secretarias Municipais de Planejamento, Orçamento e Gestão e de Finanças.

(*) Receitas Correntes deduzida a Receita para a formação do Fundeb.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL
2012**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ mil correntes

Especificação	2012	2013	2014
Dívida Pública Consolidada	69.533.409	74.144.237	79.163.678
Dívida Mobiliária	-	-	-
Outras Dívidas	69.533.409	74.144.237	79.163.678
Deduções	3.451.022	3.695.065	3.992.504
Ativo Disponível	3.147.901	3.377.486	3.660.356
Haveres Financeiros	640.185	670.721	701.490
(-) Restos a Pagar Processados	(337.064,17)	(353.141,54)	(369.341,93)
Dívida Consolidada Líquida	66.082.387	70.449.172	75.171.174
Receita Privatizações	-	-	-
(-) Passivos Reconhecidos	(349.233)	(324.169)	(287.697)
Dívida Fiscal Líquida	65.733.155	70.125.003	74.883.477
Resultado Nominal	4.470.137	4.391.848	4.758.474

FONTES: Secretaria Municipal de Finanças.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO
DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS**

AMF (LRF, art. 4º, § 1º)

As receitas para os exercícios de 2012 a 2014 foram estimadas tendo por base o comportamento da arrecadação no primeiro trimestre de 2011.

Foram também consideradas as circunstâncias de ordem conjuntural que afetam o desempenho de cada fonte de receita.

A tabela a seguir resume os principais indicadores econômicos utilizados na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011. Os valores que constituem o cenário utilizado basearam-se em dados do Banco Central (posição em 25/03/2011). Os demais

indicadores foram estimados pela Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Finanças.

LDO 2012 - Hipóteses Macroeconômicas	2012	2013	2014
PIB TOTAL (*):	4,34%	4,60%	4,67%
PIB SERVIÇOS (*):	4,24%	4,40%	4,40%
SELIC FIM DE PERÍODO (*):	11,47%	10,55%	10,14%
SELIC MÉDIA (*):	11,83%	10,72%	10,19%
TJLP MÉDIA:	6,00%	6,00%	6,00%
IPCA - anual (*):	4,95%	4,62%	4,56%
IPCA - média contra média:	5,02%	4,77%	4,59%
IGP-DI - anual (*):	5,03%	4,69%	4,55%
INPC - anual (*):	4,93%	4,52%	4,39%
Cotação do dolar fim do período em R\$ (*):	1,75	1,80	1,84
Cotação média do dólar em R\$ (*):	1,75	1,81	1,85
Cotação do euro fim do período em R\$:	2,47	2,54	2,60
Cotação média do euro em R\$:	2,47	2,55	2,61
Variação do Índice de Partic. do Município:	0,00%	0,00%	0,00%
Crescimento cadastro Imp. Predial Urbano:	1,50%	1,50%	1,50%
Crescimento cadastro Imp. Territorial Urbano:	0,00%	0,00%	0,00%
Inadimplência do Imposto Territorial Urbano:	25,00%	25,00%	25,00%
Inadimplência Imposto Predial:	14,50%	14,50%	14,50%
Imposto Predial Pagamento à Vista:	21,00%	21,00%	21,00%
Imposto Territorial Urbano Pagamento à Vista:	17,30%	17,30%	17,30%
Desconto para IPTU à Vista:	6,00%	6,00%	6,00%
Tendência de expansão do ISS	2,40%	2,40%	2,40%
Tendência de expansão do ISS - Simples Nacional	4,00%	4,00%	4,00%
Crescimento do Mercado Imobiliário	5,00%	5,00%	5,00%
Crescimento do número de veículos licenciados	5,00%	5,00%	5,00%

Destacam-se, a seguir, as categorias de receitas:

Receita Tributária: abrange os impostos IPTU, ISS, ITBI e IRRF e as taxas pelo poder de polícia e pela prestação de serviços de competência do Município.

IPTU – receita que se ajusta pela inflação passada, foi estimada utilizando-se o IPCA projetado para cada exercício, e a expansão do cadastro da ordem de 1,5%.

ISS – imposto que reflete o nível de atividade econômica; a estimativa da receita considerou a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – Serviços,

a taxa média de inflação prevista e a expansão da base de contribuintes em cerca de 2,4%.

ITBI – foram utilizados na projeção da receita parâmetros de crescimento do PIB, da taxa de inflação média, bem como o incremento do mercado imobiliário da ordem de 5,0%.

Taxas – de forma geral, adotou-se a inflação prevista em cada ano para a estimativa da receita.

Receita de Contribuições – Compreende a Receita proveniente da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP. Os parâmetros utilizados para a projeção da receita foram: a arrecadação prevista para 2011 e a variação do IPCA para cada exercício.

Receitas Patrimoniais – a projeção deste grupo de receitas ponderou o fluxo de caixa para cada exercício e a taxa média de juros estimada para os próximos anos.

Receita de Serviços – compreende as receitas provenientes da prestação de serviços de saúde, estimadas pela Secretaria da Saúde e a receita de serviços administrativos, cuja projeção levou em consideração o nível de atividade econômica e a inflação.

Transferências Correntes – compreendem os recursos transferidos ao Município provenientes do Estado, da União, de natureza constitucional, legal ou voluntária; e, dos convênios firmados com o Poder Público ou iniciativa privada e ainda as Transferências Intergovernamentais, do FUNDEB. Destacam-se neste grupo:

FPM – estimada em função da arrecadação do exercício corrigida pela taxa de inflação bem como pelo PIB estimados pelo Banco Central.

ICMS – assim como para o FPM, a estimativa da receita a ser arrecadada considerou o nível de atividade econômica bem como a inflação média prevista. O crescimento real desta transferência depende, ainda, da evolução do Índice de Participação do Município na arrecadação do Estado.

IPVA – além do PIB e da inflação média, para a estimativa desta receita considerou-se ainda a expansão do número de veículos licenciados na Cidade, da ordem de 5,0%.

FUNDEB – a estimativa resultou da receita prevista para as transferências dos impostos que compõem sua base e a população escolar.

Demais transferências – receitas resultantes das expectativas de formalização de convênios ou daqueles já em andamento, informadas pelas Secretarias que as gerenciam.

Outras Receitas Correntes – As principais receitas deste grupo provêm das multas de trânsito, da dívida ativa e dos programas de parcelamento incentivado. Os critérios adotados para a estimativa da receita de multas considerou ações relativas à fiscalização do trânsito; para a dívida ativa a projeção foi elaborada em função da arrecadação do exercício e para o PPI as adesões dos contribuintes aos programas.

Operações de Crédito – referem-se a financiamentos para programas de investimento em andamento e a contratar. As previsões apresentadas levaram em consideração a expectativa dos órgãos contratantes.

Alienações de Bens – compreende o ingresso de recursos provenientes da alienação de imóveis do patrimônio municipal, nos termos de autorização legal.

Transferências de Capital - receitas informadas pelas Secretarias que as gerenciam, substancialmente relativas a convênios firmados ou a serem concretizados.

Deduções da Receita para a Formação do FUNDEB – representa a dedução legal de 20,00% das receitas das transferências de: FPM, ICMS, IPI sobre exportações e ICMS desoneração (L.C. 87/96), bem como das transferências de: ITR e IPVA.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA DESPESA

AMF (LRF, ART. 4º, §1º)

A projeção das despesas para o triênio 2012 – 2014 partiu das despesas obrigatórias e incompressíveis, ou seja, pessoal e os decorrentes encargos e auxílios, o serviço da dívida pública e os precatórios e este procedimento se justifica pelos seguintes motivos:

- A despesa de pessoal reflete a ampliação dos serviços municipais, fundamentalmente, para a Rede Municipal de Ensino e Ações e Serviços de Saúde, necessária para o atendimento da demanda;
- O descumprimento do compromisso de pagamento da Dívida Pública pode acarretar diversas sanções ao Município, prejudicando-o ainda mais, pelo qual, por iniciativa desta Administração, garante-se o pagamento e, concomitantemente, se busca junto ao Governo Federal condições apropriadas no trato deste assunto, para um Município com características de Estado;
- Quanto aos Precatórios, esta Administração em atitude pioneira estabeleceu, por força do Decreto nº 52.064, de 30 de dezembro de 2010, nova referência para o cálculo do montante a ser depositado judicialmente, de 1,5% para 2,55% da Receita Corrente Líquida.

O saldo resultante da receita projetada, após considerado tais despesas, foi distribuído para o custeio da máquina administrativa, que basicamente se referem às despesas de natureza continuada que correspondem às atividades instituídas por meio de serviços públicos e administrativos desta municipalidade e, após, às prioridades com investimentos.

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Art. 4º, parágrafo 2º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000

A Receita Total Consolidada arrecadada no exercício de 2010 atingiu R\$ 29,984 bilhões, apresentando crescimento nominal de 20,59% quando comparada ao ano anterior. Na Administração Direta, a Receita alcançou R\$ 28,132 bilhões, superando em R\$ 5,0 bilhões a arrecadação do exercício de 2009, com variação nominal de 21,86%.

Na comparação como o orçamento aprovado para 2010, o destaque refere-se à arrecadação tributária municipal, responsável por R\$ 13,095 bilhões, superando o valor orçado em 11,13%, com ênfase no comportamento do ISS e ITBI, receitas influenciadas pela atividade econômica.

A robustez da receita dos tributos se deve principalmente à intensificação e consolidação de ações da fiscalização tributária iniciadas em anos anteriores e a utilização do Demonstrativo Unificado do Contribuinte – DUC, como instrumento facilitador do pagamento, visto que agrega a situação fiscal mobiliária e imobiliária do contribuinte municipal.

No âmbito das receitas de capital destaca-se a operação de alienação da folha de pagamentos de servidores e fornecedores, ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 726 milhões e o ingresso de recursos decorrentes das Operações Urbanas Faria Lima, Água Espreada, Água Branca e Centro, cujo total atingiu R\$ 1,3 bilhão.

A Despesa Consolidada Total foi de R\$ 28,762 bilhões, correspondendo a uma variação negativa de 1,69% em relação à despesa autorizada, uma das menores economias

orçamentárias já ocorrida, demonstrando uma otimização dos recursos disponibilizados. Este resultado foi devido ao esforço durante a execução orçamentária com um acompanhamento efetivo para não desperdiçar recursos orçamentários.

Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)
Metas Anuais em Valores Correntes

Especificação	Meta Prevista 2010 (a)	Meta Realizada 2010 (b)	Variação	
			Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	28.394.488	29.983.961	1.589.473	5,60
Receitas Primárias (I)	27.180.422	28.858.731	1.678.309	6,17
Despesa Total	28.394.488	28.761.555	367.067	1,29
Despesas Primárias (II)	26.656.110	26.001.283	-654.827	-2,46
Resultado Primário (I-II)	524.312	2.857.448	2.333.136	444,99
Resultado Nominal	4.631.081	8.904.062	4.272.981	92,27
Dívida Pública Consolidada	54.827.760	58.627.499	3.799.739	6,93
Dívida Consolidada Líquida	51.392.174	54.076.010	2.683.836	5,22

O Resultado Primário obtido em 2010, de R\$ 2,857 bilhões foi superior à meta estabelecida de R\$ 524,3 milhões.

No que se refere ao Resultado Nominal, o montante da Dívida Fiscal Líquida em 2009 era de R\$ 45.172 bilhões e atingiu R\$ 54,076 bilhões em 2010. Foram R\$ 8,904 bilhões de acréscimo no período, para a meta estabelecida de R\$ 4,631 bilhões.

Importante lembrar que em se tratando do Contrato de Refinanciamento de Dívidas com a União – MP 2185-35, apesar dos pagamentos efetuados rigorosamente em dia, os juros de 9% ao ano, correção monetária indexada ao IGP-DI e a incorporação de juros ao saldo devedor, corroboraram decisivamente para a elevação da Dívida Consolidada, em razão do comportamento de seu indexador.

O desempenho do IGP-DI, em 2010, que atingiu a marca de 11,31% a.a., superou todas as expectativas do mercado. Na fixação da meta de resultado nominal, quando da elaboração da **LDO/2010** - em abril de 2009 - foi utilizado, para a previsão desse contrato, o IGP-DI de 4,55%

a.a.; na elaboração da **LDO/2011** – em abril de 2010 - o mesmo índice era previsto em 6,78% a.a. para o ano de 2010.

Não houve, na oportunidade, necessidade de revisão da meta, pois o Resultado Nominal apurado ainda encontrava-se dentro do limite estabelecido. Verifica-se, portanto, que o permanente monitoramento dos indicadores não foi suficiente para evitar os efeitos negativos da utilização do Índice Geral de Preços no contexto da Dívida Pública.

Vale ressaltar, por meio do demonstrativo abaixo, a evolução dos referidos resultados

Ano	Resultado Primário		
	Meta LDO	Realizado	Diferença
2001	914,0	1.534,6	620,6
2002	1.113,3	877,0	-236,3
2003	1.044,0	454,8	-589,2
2004	861,5	611,5	-250,0
2005	1.622,8	1.800,4	177,6
2006	1.141,1	1.796,2	655,1
2007	1.508,6	1.632,2	123,6
2008	704,3	720,5	16,2
2009	406,5	1.457,1	1.050,6
2010	524,3	2.857,4	2.333,1

Ano	Resultado Nominal		
	Meta LDO	Realizado	Diferença
2001	0,0	2.491,5	2.491,5
2002	207,7	6.405,8	6.198,1
2003	62,0	3.634,2	3.572,2
2004	-275,0	5.274,6	5.549,6
2005	135,3	-318,8	-454,1
2006	2.925,5	1.573,3	-1.352,2
2007	2.774,6	2.287,9	-486,7
2008	6.054,9	7.068,8	1.013,9
2009	4.485,5	3.271,6	-1.213,9
2010	4.631,1	8.904,1	4.273,0

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2012**

AMF - Demonstrativo III

R\$ mil correntes

Especificação	2009	2010	Var. % 10/09	2011	Var. % 11/10	2012	Var. % 12/11	2013	Var. % 13/12	2014	Var. % 14/13
Receita Total	27.506.290	28.394.488	3,2%	30.509.711	7,4%	35.771.600	17,2%	38.380.520	7,3%	41.594.951	8,4%
Receitas Primárias (I)	26.305.181	27.180.422	3,3%	29.827.746	9,7%	34.786.914	16,6%	37.329.263	7,3%	40.473.736	8,4%
Despesa Total	27.506.290	28.394.488	3,2%	30.509.711	7,4%	35.771.600	17,2%	38.380.520	7,3%	41.594.951	8,4%
Despesas Primárias (II)	25.898.677	26.656.110	2,9%	28.966.425	8,7%	33.372.917	15,2%	35.874.787	7,5%	38.795.108	8,1%
Resultado Primário (I-II)	406.505	524.312	29,0%	861.321	64,3%	1.413.997	64,2%	1.454.476	2,9%	1.678.627	15,4%
Resultado Nominal	4.485.553	4.631.081	3,2%	7.187.008	55,2%	4.470.137	-37,8%	4.391.848	-1,8%	4.758.474	8,3%
Dívida Pública Consolidada	50.060.933	54.827.760	9,5%	56.627.462	3,3%	69.533.409	22,8%	74.144.237	6,6%	79.163.678	6,8%
Dívida Consolidada Líquida	46.790.460	51.392.174	9,8%	54.136.682	5,3%	66.082.387	22,1%	70.449.172	6,6%	75.171.174	6,7%
Dívida Fiscal Líquida	46.385.931	51.017.012	10,0%	53.796.341	5,4%	65.733.155	22,2%	70.125.003	6,7%	74.883.477	6,8%

R\$ mil constantes

R\$ mil constantes

Especificação	2009	2010	Var. % 10/09	2011	Var. % 11/10	2012	Var. % 12/11	2013	Var. % 13/12	2014	Var. % 14/13
Receita Total	30.311.507	28.394.488	-6,3%	27.777.918	-2,2%	32.284.644	16,2%	33.062.239	2,4%	34.259.594	3,6%
Receitas Primárias (I)	28.987.904	27.180.422	-6,2%	27.157.015	-0,1%	31.395.943	15,6%	32.156.652	2,4%	33.336.108	3,7%
Despesa Total	30.311.507	28.394.488	-6,3%	27.777.918	-2,2%	32.284.644	16,2%	33.062.239	2,4%	34.259.594	3,6%
Despesas Primárias (II)	28.539.942	26.656.110	-6,6%	26.372.815	-1,1%	30.119.780	14,2%	30.903.718	2,6%	31.953.510	3,4%
Resultado Primário (I-II)	447.962	524.312	17,0%	784.200	49,6%	1.276.163	62,7%	1.252.934	-1,8%	1.382.598	10,3%
Resultado Nominal	4.943.010	4.631.081	-6,3%	6.543.495	41,3%	4.034.395	-38,3%	3.783.282	-6,2%	3.919.307	3,6%
Dívida Pública Consolidada	55.166.376	54.827.760	-0,6%	51.557.126	-6,0%	62.755.407	21,7%	63.870.278	1,8%	65.202.998	2,1%
Dívida Consolidada Líquida	51.562.365	51.392.174	-0,3%	49.289.367	-4,1%	59.640.785	21,0%	60.687.228	1,8%	61.914.580	2,0%
Dívida Fiscal Líquida	51.116.580	51.017.012	-0,2%	48.979.499	-4,0%	59.325.595	21,1%	60.407.978	1,8%	61.677.619	2,1%

FONTES: Lei 14.965/09, Lei 14.820/08 e Secretarias Municipais de Planejamento, Orçamento e Gestão e de Finanças.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2012

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ mil correntes

Patrimônio Líquido	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio/Capital	1.133	100	727.272	100	(313.324)	100
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
Total	1.133	100	727.272	100	(313.324)	100

Regime Previdenciário						
Patrimônio Líquido	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio	(260.387)	(50)	(158.981)	(50)	(104.687)	(50)
Reservas	9.113	2	9.102	3	9.090	4
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(269.500)	(52)	(167.993)	(53)	(113.776)	(54)
Total	(520.773)	100	(317.872)	100	(209.373)	100

FONTES: Balanço Anual da Prefeitura do Município de São Paulo (vários anos) e IPREM.

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2012**

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ mil correntes

RECEITAS REALIZADAS	2010	2009	2008
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	727.254	5.164	2.972
Alienação de Ativos	727.254	5.164	2.972
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL	727.254	5.164	2.972
DESPESAS EXECUTADAS	2010	2009	2008
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) DE ATIVOS	3.632.453	2.657.890	3.146.683
DESPESAS DE CAPITAL	3.619.259	2.644.640	3.129.066
Investimentos	2.371.975	1.984.858	2.427.202
Inversões Financeiras	780.134	213.411	362.286
Amortização da Dívida	467.151	446.371	339.578
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	13.193	13.250	17.617
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores	13.193	13.250	17.617
TOTAL	3.632.453	2.657.890	3.146.683
SALDO FINANCEIRO	2010	2009	2008
VALOR (III)	-13.884.034	-10.978.836	-8.326.109

FONTES: Balanço Anual da Prefeitura do Município de São Paulo (vários anos) e IPREM.

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2012**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS	2007	2008	2009	2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	491.678	578.495	657.487	717.733
RECEITAS CORRENTES	486.053	571.746	650.888	710.553
Receita de Contribuições dos Segurados	459.107	541.730	595.467	633.031
Pessoal Civil	458.578	541.730	594.420	633.031
Pessoal Militar	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	529	-	1.047	1.247
Receita Patrimonial	9.103	2.401	860	1.232
Receita de Serviços	-	5.557	5.261	5.347
Outras Receitas Correntes	17.843	22.058	49.300	69.696
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	15.317	20.498	47.753	68.333
Outras Receitas Correntes	2.526	1.560	1.547	1.363
RECEITAS DE CAPITAL	5.625	6.749	6.599	7.180
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	28	987	-	21
Amortização de Empréstimos	-	5.467	5.869	6.671
Outras Receitas de Capital	5.597	295	730	488
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	773.123	887.281	970.552	1.029.000
RECEITAS CORRENTES	773.123	887.281	970.552	1.029.000
Receita de Contribuições	773.123	887.281	970.325	1.028.608
Patronal	773.123	887.281	970.325	1.028.608
Pessoal Civil	773.123	887.281	970.325	1.028.608
Pessoal Militar	-	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	227	392
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	1.264.801	1.465.776	1.628.039	1.746.733
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2.099.774	2.388.971	2.711.198	2.955.050
ADMINISTRAÇÃO	72.024	17.035	12.219	12.203
Despesas Correntes	71.920	16.585	12.186	12.155
Despesas de Capital	104	450	33	48
PREVIDÊNCIA	2.027.750	2.371.936	2.698.979	2.942.848
Pessoal Civil	2.027.750	2.371.936	2.698.910	2.941.930
Pessoal Militar	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	69	917
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	69	917
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	1.232	1.032	1.064	1.038
ADMINISTRAÇÃO	1.232	1.032	1.064	1.038
Despesas Correntes	1.232	1.032	1.064	1.038
Despesas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	2.101.006	2.390.003	2.712.262	2.956.089
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(836.205)	(924.227)	(1.084.223)	(1.209.356)

<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>	2007	2008	2009	2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	829.020	908.790	1.077.250	1.217.743
Plano Financeiro	829.020	908.790	1.077.250	1.217.743
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	829.020	905.296	1.077.250	1.217.743
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	3.494	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS	27.949	10.781	2.689	13.704
FONTE: IPREM				

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2012

AMF – Tabela 8 (LRF, ART. 4º, §2º, INCISO V)

A receita prevista nesta Lei já contempla benefícios tributários, nos termos do que estabelecem os artigos 12 e 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101/00.

As metas fiscais definidas não serão afetadas por essas medidas.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		<i>R\$ mil correntes</i>
Eventos		2012
Aumento Permanente da Receita		3.252.252
(-) Transferências Constitucionais		-
(-) Transferências ao FUNDEB		-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		3.252.252
Redução Permanente de Despesa (II)		562.959
Margem Bruta (III) = (I+II)		3.815.211
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		826.011
Novas DOCC		826.011
Novas DOCC geradas por PPP		-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		2.989.200

FONTES: Secretarias Municipais de Planejamento, Orçamento e Gestão e de Finanças.

PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios para o **Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM**, que administra o Regime de Previdência dos Servidores Municipais de **SÃO PAULO**, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos servidores e as bases técnicas por nós adotadas.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Segurado, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pelo **IPREM**. Desta forma, colocamos cada Segurado à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, e desta forma, os compromissos do Plano de Benefícios.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outras que julgamos mais adequados para identificar os Compromissos e os Custos do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial por nós processada, da qual o presente "Parecer Atuarial" é parte integrante.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

➤ **Cadastro**

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de setembro/ 2010, tendo sido previamente submetido a um processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

➤ **Comparação dos Cadastros de 2010 e 2009:**

SERVIDORES	QUANTID.		FOLHA DE SAL. / BENEFÍCIOS		MÉDIA SAL. / BEN.		MÉDIA IDADE	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
ATIVOS	134.191	133.099	355.764.607,91	372.052.681,53	2.651,18	2.795,31	47	47
INATIVOS	53.708	51.264	194.398.034,00	171.545.101,22	3.619,54	3.346,31	67	67
PENSIONISTAS	21.082	20.846	33.216.882,75	37.405.757,02	1.575,60	1.794,39	61	60

➤ **Recomposição da Remuneração e dos Benefícios**

Para esta avaliação as remunerações e os benefícios não foram recompostos, objetivando o posicionamento dos valores em dezembro/2010.

➤ **Características do Plano**

O Plano de Benefícios do **IPREM** está estruturado na modalidade “Benefício Definido”.

➤ **Resultados da Avaliação Atuarial**

Não foram consideradas premissas de utilização de Reservas Matemáticas de Serviço Passado ou também conhecido como Passivo Atuarial Inicial, pois, o Plano foi avaliado considerando o método de Repartição Simples para as aposentadorias e para as pensões.

Salientamos que na avaliação processada os servidores que, em função dos dados cadastrais, já teriam condições de usufruir o benefício de aposentadoria, ou seja, os iminentes, por hipótese terão os seus benefícios concedidos neste ano de 2011. São 24.763 servidores com uma folha de benefício anual estimada em R\$ 730.055.303,58.

Consideramos como hipótese na elaboração dos cenários que todos os servidores farão a opção em receber seus benefícios com proventos integrais,

assim, eles aguardarão o tempo necessário para exercer o direito a esse benefício.

Os resultados apurados nesta Avaliação Atuarial por nós processada mostram os custos para o exercício em curso, bem como, para os próximos setenta e cinco exercícios, motivo pelo qual denominamos de Orçamento Plurianual, conforme resumos demonstrados nos quadros a seguir:

Custos – Valores Anuais

R\$ 1.000

Orçamentário Puro						
Ano	Custo Total dos Benefícios		Despesas Administrativas		Total	
2011	88,44%	3.724.499	0,98%	41.069	89,42%	3.765.568
2021	144,83%	5.997.329	0,98%	40.386	145,81%	6.037.714
2031	185,82%	7.582.442	0,98%	39.798	186,79%	7.622.239
2041	201,14%	8.111.212	0,98%	39.329	202,12%	8.150.541
2051	192,12%	7.762.074	0,98%	39.404	193,09%	7.801.478
2061	182,77%	7.408.682	0,98%	39.533	183,75%	7.448.216

Base: 1 - Folha dos Ativos Atuais e Ativos Futuros

Custos – Valores Mensais

R\$ 1.000

Orçamentário Puro						
Ano	Custo Total dos Benefícios		Despesas Administrativas		Total	
2011	88,44%	296.277	0,98%	3.267	89,42%	299.544
2021	144,83%	477.077	0,98%	3.213	145,81%	480.289
2031	185,82%	603.169	0,98%	3.166	186,79%	606.335
2041	201,14%	645.232	0,98%	3.129	202,12%	648.361
2051	192,12%	617.459	0,98%	3.135	193,09%	620.593
2061	182,77%	589.347	0,98%	3.145	183,75%	592.492

Base: 1 - Folha dos Ativos Atuais e Ativos Futuros

a) Resumo do Custo Anual para 2011

Categorias de Servidores	Aposentadorias Prováveis	Aposentadorias por Invalidez	Pensões	Outros	TOTAIS
Inativos Atuais - Benefícios Atuais	54,91%	2,25%	10,10%	-	67,26%
Inativos Atuais - Benefícios Futuros	-	-	0,00%	-	0,00%
Ativos Atuais	21,18%	0,00%	0,00%	-	21,18%
Ativos Futuros	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%
Despesas Administrativas	-	-	-	0,98%	0,98%
Totais	76,09%	2,25%	10,10%	0,98%	89,42%

Base: 1 – Folha dos Ativos Atuais e Ativos Futuros

➤ Plano de Custeio

Tendo em vista a legislação Municipal, o Plano de Custeio adotado pelo **IPREM**, no exercício anterior, constou com as seguintes alíquotas:

CONTRIBUIÇÕES NORMAIS		
ENTE *	SERVIDORES ATIVOS	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS **
22,00%	11,00%	11,00%

* Sobre a Folha de Servidores Ativos

** Sobre Parcela Acima do Teto RGPS (R\$ 3.467,40)

O regime financeiro “Orçamentário” pressupõe o equilíbrio financeiro-atuarial constante, pois se confronta as receitas de contribuições com as despesas com os benefícios, e no caso de insuficiências, aportes extraordinários deverão existir por conta do Município.

Desta forma, entendemos que a exemplo das contribuições normais demonstradas no quadro apresentado, os aportes extraordinários, também compõem o Plano de Custeio, como demonstrado a seguir:

➤ **Custos e Contribuições**

**Custos e Contribuições – Servidores e Município (Ente)
(Orçamento Plurianual)**

R\$ 1.000

Ano	Orçamentário Puro							
	Custo do Plano		Contribuições				Aporte Extraordinários do Ente (*)	
			Servidores		Ente			
2011	3.765.568	89,42%	597.863	14,20%	926.418	22,00%	2.241.287	53,22%
2021	6.037.714	145,81%	655.831	15,84%	911.001	22,00%	4.470.882	57,18%
2031	7.622.239	186,79%	660.453	16,19%	897.740	22,00%	6.064.047	61,58%
2041	8.150.541	202,12%	630.369	15,63%	887.175	22,00%	6.632.997	65,61%
2051	7.801.478	193,09%	586.837	14,52%	888.862	22,00%	6.325.779	70,11%

Base: 1- Folha dos Ativos Atuais e Ativos Futuros

➤ **Hipóteses Atuariais**

As Hipóteses Atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 2010 são as seguintes:

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

IBGE 2009 (Tábua Geral);

IBGE 2009 (Tábua Geral - Anuidades de Pensão);

IBGE 2009 (Tábua - Risco Morte-Pensão/Capitalização);

ALVARO VINDAS (Entrada em Invalidez);

MI85 (Tábua de Inválidos);

TÁBUA DE ATIVOS - Combinação das Tábuas IBGE 2009, ALVARO VINDAS e MI85 - Método Hamza.

VARIÁVEIS ECONÔMICAS

Taxa de Juros = 6% a.a.;

Taxa de Rotatividade (Ativos) = 0,0% a.a.;

Taxa de Crescimento Salarial (Ativos) = 1,0% a.a.;

Taxa de Crescimento dos Benefícios (Inativos e Pensionistas):

- Para os Atuais Servidores Inativos e Servidores Inativos Futuros que optarem pelos benefícios com proventos integrais = 1,0 % a.a.;

- Para os Servidores Inativos Futuros que não optarem pelos benefícios com proventos integrais = 0,0% a.a.;
Capacidade Salarial = 98%;
Capacidade de Benefícios = 98%;
Índice do Plano = INPC-IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

CRESCIMENTO DA MASSA DE SERVIDORES

- a) Reposição imediata de falecidos, inválidos e aposentados na mesma idade e com a mesma remuneração com que ingressaram no serviço público da Prefeitura de São Paulo;

- b) Taxas de reposição ajustadas para produzir um crescimento ou decréscimo da massa de servidores.

- c) Período futuro composto de 75 (setenta e cinco) anos equivalentes a três gerações futuras de servidores, estas sofrendo influência das reposições e do crescimento da massa dos servidores, ou seja, de novos entrados.

ANUIDADES DE PENSÃO

Utilizou-se a Família Padrão elaborada pela Conde Consultoria - Região SUDESTE, que serviu de base para o cálculo da Tábua de Anuidades de Pensão.

➤ Outras Considerações

Nesta avaliação os custos relativos aos benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Funeral e o Salário Família não foram avaliados uma vez que se trata de benefícios não previstos na legislação previdenciária pertinente.

CONCLUSÃO

O confronto dos Custos do Plano de Benefícios, de 89,42% sobre os Salários de Contribuições dos Servidores Ativos, com o Plano de Custeio praticado mostra que as contribuições normais aportadas atualmente pelo Município e pelos Servidores Ativos e Inativos, de 36,20% sobre a mesma base, são insuficientes, o que justifica a existência dos aportes extraordinários de 53,22% por conta da Prefeitura.

Estão contemplados entre os benefícios em manutenção àqueles que terão início neste ano de 2011, bem como os classificados como iminentes, que se referem aos servidores que podem solicitar a qualquer momento seus benefícios.

O Balancete Contábil do **IPREM**, encerrado em 31 de dezembro de 2010, e as demais informações prestadas pelo **IPREM**, mostram um Patrimônio Líquido alocado para o Plano de Benefícios no valor de (R\$ 260.386.748,46)

Cabe salientar que do ponto de vista de equilíbrio financeiro-atuarial do Plano de Benefícios o déficit apresentado deve ser equacionado, para tanto, teremos que identificar a capacidade contributiva do Município, concatenada com o fluxo de caixa do sistema previdenciário, no sentido de visualizarmos o prazo a ser considerado no financiamento desse déficit.

Lembramos que a Lei Municipal Nº 15.080, de 17/12/2009, revogou o dispositivo que prevê a adoção do Regime de Repartição de Capitais de Cobertura para as Pensões, o que, em nossa opinião, o equacionamento do déficit apresentado, é apenas o Patrimônio que se encontra negativo.

Nos Fluxos de Despesas e Receitas, estão contempladas as contribuições previstas no Plano de Custeio, bem como os valores relativos à Compensação Financeira entre o Regime avaliado e o Regime Geral de Previdência Social.

Com base em tais fatos, concluímos que o Plano de Benefícios Previdenciais do **IPREM**, encontra-se em situação financeiro-atuarial desequilibrada, tendo em vista a situação deficitária apresentada.

O custo do plano de benefícios, hoje posicionado em 89,42% da folha de remuneração de contribuição dos Servidores Ativos, é crescente de tal sorte a atingir daqui a três decênios níveis muito elevados, motivo pelo qual já foram iniciados estudos atuariais, no sentido de identificar alternativas para suavizar o atual Plano de Custeio.

Com base nas informações do **IPREM** foram iniciados, também, estudos atuariais tendo em vista a Portaria 403 do Ministério da Previdência Social, motivo pelo qual a adoção do sistema do regime financeiro de repartição simples na Avaliação Atuarial em questão.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinado com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e, modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez, e mudanças futuras

na forma de cálculo dos benefícios do Regime de Previdência avaliado, poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

Remuneração e Benefício

R\$ 1000

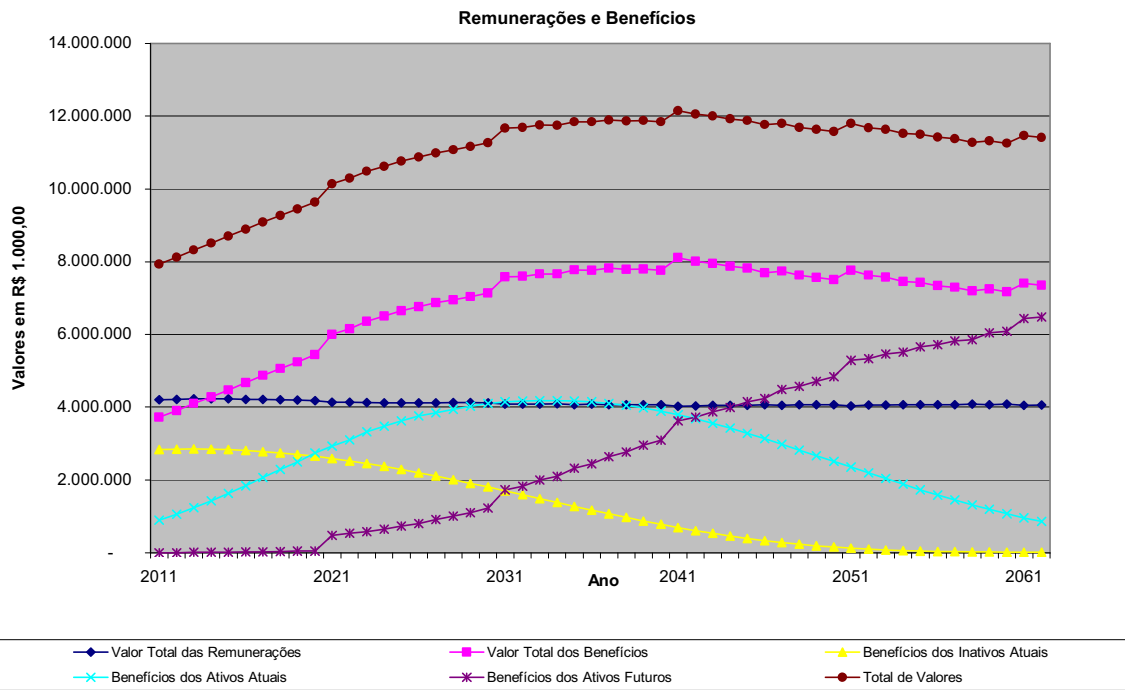
Ano	Servidores Ativos e Inativos					Total de Valores
	Valor Total das Remunerações	Benefícios Inativos Atuais	Benefícios Ativos Atuais	Benefícios Ativos Futuros	Total de Benefícios	
2011	4.210.991	2.832.451	892.048	-	3.724.499	7.935.490
2012	4.220.416	2.847.893	1.054.197	3.268	3.905.358	8.125.774
2013	4.223.407	2.850.889	1.242.599	6.943	4.100.431	8.323.838
2014	4.227.418	2.846.150	1.423.256	11.090	4.280.497	8.507.915
2015	4.226.012	2.832.870	1.627.563	15.690	4.476.123	8.702.134
2016	4.221.408	2.811.465	1.840.986	20.768	4.673.218	8.894.626
2017	4.214.725	2.782.334	2.066.228	26.351	4.874.913	9.089.638
2018	4.206.762	2.745.796	2.288.263	32.453	5.066.512	9.273.274
2019	4.199.647	2.701.563	2.503.983	39.106	5.244.652	9.444.299
2020	4.188.065	2.650.295	2.749.380	46.293	5.445.968	9.634.033
2021	4.140.914	2.591.780	2.928.835	476.713	5.997.329	10.138.243
2022	4.136.747	2.526.133	3.102.077	530.188	6.158.398	10.295.145
2023	4.124.275	2.454.155	3.327.190	577.158	6.358.503	10.482.778
2024	4.121.775	2.376.005	3.477.941	646.878	6.500.824	10.622.599
2025	4.117.148	2.291.981	3.627.080	732.028	6.651.089	10.768.237
2026	4.117.784	2.202.731	3.754.892	806.171	6.763.794	10.881.579
2027	4.119.593	2.108.846	3.846.134	915.489	6.870.469	10.990.061
2028	4.124.730	2.011.046	3.933.206	1.002.785	6.947.037	11.071.767
2029	4.124.488	1.909.800	4.024.229	1.104.162	7.038.191	11.162.679
2030	4.121.460	1.806.135	4.108.365	1.229.000	7.143.500	11.264.960
2031	4.080.636	1.700.516	4.149.099	1.732.827	7.582.442	11.663.077
2032	4.085.604	1.593.737	4.176.439	1.831.747	7.601.923	11.687.527
2033	4.083.457	1.486.443	4.188.140	1.994.238	7.668.820	11.752.277
2034	4.089.566	1.379.333	4.187.332	2.092.971	7.659.637	11.749.202
2035	4.077.144	1.273.104	4.176.610	2.325.269	7.774.984	11.852.128
2036	4.080.742	1.168.432	4.149.736	2.444.397	7.762.565	11.843.307
2037	4.073.555	1.065.997	4.108.754	2.644.874	7.819.625	11.893.180
2038	4.077.279	966.419	4.054.146	2.766.786	7.787.350	11.864.629
2039	4.072.249	870.300	3.981.064	2.951.642	7.803.006	11.875.255
2040	4.076.002	778.184	3.896.640	3.091.703	7.766.527	11.842.529
2041	4.032.615	690.529	3.794.790	3.625.892	8.111.212	12.143.826
2042	4.042.734	607.778	3.682.296	3.724.399	8.014.474	12.057.208
2043	4.045.195	530.301	3.557.532	3.868.982	7.956.815	12.002.010
2044	4.053.437	458.401	3.422.836	3.993.430	7.874.667	11.928.105
2045	4.054.332	392.353	3.281.582	4.148.043	7.821.978	11.876.311
2046	4.067.728	332.316	3.133.673	4.235.299	7.701.287	11.769.016
2047	4.054.490	278.394	2.981.642	4.485.848	7.745.884	11.800.373
2048	4.067.408	230.598	2.826.866	4.571.334	7.628.798	11.696.206
2049	4.068.705	188.852	2.669.817	4.702.726	7.561.395	11.630.100
2050	4.074.126	152.948	2.511.347	4.838.787	7.503.082	11.577.208
2051	4.040.284	122.577	2.352.084	5.287.413	7.762.074	11.802.358
2052	4.055.998	97.340	2.193.325	5.334.627	7.625.292	11.681.290
2053	4.054.984	76.728	2.037.133	5.464.002	7.577.863	11.632.847
2054	4.069.033	60.175	1.883.393	5.509.649	7.453.218	11.522.250
2055	4.066.682	47.111	1.733.275	5.650.275	7.430.661	11.497.343
2056	4.074.790	36.947	1.588.244	5.720.567	7.345.758	11.420.548

Remuneração e Benefício

R\$ 1000

Ano	Servidores Ativos e Inativos					Total de Valores
	Valor Total das Remunerações	Benefícios Inativos Atuais	Benefícios Ativos Atuais	Benefícios Ativos Futuros	Total de Benefícios	
2057	4.075.821	29.147	1.448.977	5.820.117	7.298.241	11.374.062
2058	4.087.969	23.222	1.315.634	5.855.996	7.194.852	11.282.821
2059	4.073.619	18.761	1.189.546	6.042.612	7.250.919	11.324.538
2060	4.083.235	15.415	1.070.868	6.087.042	7.173.324	11.256.559
2061	4.053.548	12.907	959.974	6.435.802	7.408.682	11.462.230
2062	4.057.896	11.005	857.000	6.485.079	7.353.084	11.410.980
2063	4.055.664	9.541	762.086	6.560.175	7.331.802	11.387.465
2064	4.067.869	8.378	675.420	6.555.517	7.239.315	11.307.184
2065	4.063.110	7.423	596.498	6.622.750	7.226.671	11.289.781
2066	4.071.509	6.610	524.889	6.639.171	7.170.671	11.242.179
2067	4.065.854	5.895	460.082	6.723.388	7.189.365	11.255.219
2068	4.067.121	5.262	401.663	6.753.848	7.160.772	11.227.893
2069	4.072.414	4.687	349.006	6.754.510	7.108.202	11.180.616
2070	4.081.828	4.147	301.684	6.744.151	7.049.982	11.131.811
2071	4.033.238	3.698	259.295	7.158.424	7.421.416	11.454.655
2072	4.045.108	3.284	221.224	7.114.653	7.339.160	11.384.268
2073	4.054.463	2.909	187.398	7.075.275	7.265.582	11.320.046
2074	4.058.807	2.571	157.332	7.059.861	7.219.764	11.278.570
2075	4.061.132	2.263	130.753	7.060.103	7.193.119	11.254.251
2076	4.070.016	1.985	107.476	7.030.651	7.140.112	11.210.128
2077	4.065.592	1.732	87.279	7.073.959	7.162.970	11.228.562
2078	4.077.956	1.503	69.922	7.012.354	7.083.779	11.161.735
2079	4.076.173	1.296	55.146	7.027.948	7.084.390	11.160.563
2080	4.080.302	1.110	42.801	7.008.000	7.051.910	11.132.212
2081	4.054.666	942	32.646	7.255.961	7.289.550	11.344.216
2082	4.065.811	793	24.428	7.188.887	7.214.108	11.279.920
2083	4.048.405	660	17.873	7.277.367	7.295.900	11.344.305
2084	4.059.311	543	12.791	7.211.831	7.225.165	11.284.476
2085	4.071.954	441	8.879	7.134.893	7.144.213	11.216.167
2086	3.846.578	352	6.006	7.127.290	7.133.648	10.980.226
2087	3.581.333	276	3.953	7.141.243	7.145.472	10.726.805

Remuneração e Benefício



Contribuições e Despesas

R\$ 1000

Ano	Total de Contribuições do Ente (*)	Total de Contribuições dos Servidores	Total de Contribuições	Total de Despesas
2011	3.167.705	597.863	3.765.568	3.765.568
2012	3.341.855	604.664	3.946.519	3.946.519
2013	3.530.020	611.601	4.141.621	4.141.621
2014	3.703.613	618.113	4.321.726	4.321.726
2015	3.892.709	624.629	4.517.338	4.517.338
2016	4.082.988	631.401	4.714.389	4.714.389
2017	4.278.715	637.304	4.916.019	4.916.019
2018	4.464.504	643.036	5.107.540	5.107.540
2019	4.636.731	648.879	5.285.611	5.285.611
2020	4.833.746	653.067	5.486.813	5.486.813
2021	5.381.883	655.831	6.037.714	6.037.714
2022	5.539.833	658.910	6.198.743	6.198.743
2023	5.738.420	660.307	6.398.726	6.398.726
2024	5.878.948	662.075	6.541.023	6.541.023
2025	6.028.198	663.045	6.691.243	6.691.243
2026	6.140.308	663.647	6.803.954	6.803.954
2027	6.246.355	664.291	6.910.646	6.910.646
2028	6.322.719	664.546	6.987.265	6.987.265
2029	6.414.407	664.010	7.078.417	7.078.417
2030	6.521.162	662.533	7.183.696	7.183.696
2031	6.961.787	660.453	7.622.239	7.622.239
2032	6.982.433	659.336	7.641.769	7.641.769
2033	7.050.896	657.750	7.708.646	7.708.646
2034	7.043.514	656.008	7.699.521	7.699.521
2035	7.161.691	653.056	7.814.747	7.814.747
2036	7.151.832	650.532	7.802.364	7.802.364
2037	7.212.295	647.059	7.859.354	7.859.354
2038	7.183.357	643.758	7.827.115	7.827.115
2039	7.202.995	639.727	7.842.722	7.842.722
2040	7.170.453	635.827	7.806.279	7.806.279
2041	7.520.172	630.369	8.150.541	8.150.541
2042	7.427.343	626.559	8.053.902	8.053.902
2043	7.373.827	622.439	7.996.267	7.996.267
2044	7.295.845	618.354	7.914.200	7.914.200
2045	7.247.435	614.084	7.861.520	7.861.520
2046	7.130.692	610.267	7.740.959	7.740.959
2047	7.180.637	604.790	7.785.426	7.785.426
2048	7.067.674	600.793	7.668.467	7.668.467
2049	7.005.001	596.076	7.601.076	7.601.076
2050	6.950.988	591.829	7.542.817	7.542.817

Contribuições e Despesas

R\$ 1000

Ano	Total de Contribuições do Ente (*)	Total de Contribuições dos Servidores	Total de Contribuições	Total de Despesas
2051	7.214.642	586.837	7.801.478	7.801.478
2052	7.081.139	583.711	7.664.849	7.664.849
2053	7.038.072	579.339	7.617.411	7.617.411
2054	6.916.272	576.630	7.492.902	7.492.902
2055	6.896.790	573.532	7.470.322	7.470.322
2056	6.814.959	570.540	7.385.499	7.385.499
2057	6.770.389	567.603	7.337.992	7.337.992
2058	6.669.103	565.618	7.234.721	7.234.721
2059	6.728.090	562.559	7.290.649	7.290.649
2060	6.652.415	560.732	7.213.147	7.213.147
2061	6.890.108	558.107	7.448.216	7.448.216
2062	6.835.897	556.763	7.392.660	7.392.660
2063	6.816.120	555.235	7.371.356	7.371.356
2064	6.724.037	554.951	7.278.988	7.278.988
2065	6.712.758	553.540	7.266.298	7.266.298
2066	6.657.031	553.348	7.210.379	7.210.379
2067	6.676.416	552.602	7.229.018	7.229.018
2068	6.648.520	551.919	7.200.438	7.200.438
2069	6.596.305	551.615	7.147.919	7.147.919
2070	6.538.143	551.648	7.089.792	7.089.792
2071	6.911.530	549.222	7.460.752	7.460.752
2072	6.828.750	549.862	7.378.611	7.378.611
2073	6.754.782	550.343	7.305.125	7.305.125
2074	6.709.167	550.181	7.259.348	7.259.348
2075	6.682.426	550.301	7.232.726	7.232.726
2076	6.629.046	550.761	7.179.806	7.179.806
2077	6.652.222	550.399	7.202.621	7.202.621
2078	6.572.834	550.717	7.123.551	7.123.551
2079	6.573.328	550.816	7.124.144	7.124.144
2080	6.541.355	550.350	7.091.705	7.091.705
2081	6.779.606	549.488	7.329.094	7.329.094
2082	6.703.734	550.027	7.253.761	7.253.761
2083	6.786.555	548.828	7.335.383	7.335.383
2084	6.715.130	549.624	7.264.754	7.264.754
2085	6.633.828	550.098	7.183.926	7.183.926
2086	6.646.244	524.919	7.171.163	7.171.163

(*) Inclui a Compensação Financeira entre Regimes de Previdência

Contribuições e Despesas

